

TRILHANDO A PAISAGEM: UMA ABORDAGEM DE CONCEITOS E DIÁLOGOS

Amanda Scofano de Andrade Silva

Mestranda em Geografia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Endereço eletrônico: scofano.amanda@gmail.com

Resumo

A ideia de paisagem é antiga na história das sociedades ao redor do mundo. Como conceito científico, ela passou por diversas transformações epistemológicas ao longo do tempo. Dentro da Geografia, já constituiu seu principal objeto de estudo e atualmente ocupa um importante lugar na base teórica-conceitual do saber geográfico. A evolução do conceito de paisagem por muitas vezes caminhou lado a lado com as transformações da realidade social e geográfica. O presente artigo busca elencar algumas abordagens, comparando-as entre si, além de buscar algumas significações sobre o conceito de paisagem não só no escopo da ciência geográfica, mas também nas demais linhas de conhecimento complementares da Geografia.

Palavras-chave: Paisagem; Conceito; Representações Paisagísticas; Abordagens Paisagísticas.

TRACKING THE LANDSCAPE: AN APPROACH TO CONCEPTS AND DIALOGUES

Abstract

The idea of landscape is ancient in the history of societies around the world. As a scientific concept, it underwent several epistemological transformations over time. Within Geography, it has already constituted its main object of study and currently occupies an important place in the theoretical-conceptual base of geographic knowledge. The evolution of the landscape concept has often gone hand in hand with the transformations of social and geographical reality. The present article seeks to list some approaches, comparing them to each other, as well as seeking some meanings about the concept of landscape not only in the scope of geographic science, but also in the other complementary lines of knowledge of Geography.

Key-words: Landscape; Concept; Landscape Representations; Landscape Approaches

Introdução

A palavra conceito vem do latim *conseptus*, que significa “conter completamente”. De forma geral, conceituar algo é sinônimo de aplicar uma definição geral, sintetizar o conhecimento acerca de determinado assunto. O

conceito é um dos modos de se operacionalizar determinado significado na ciência. Mas, ao mesmo tempo, ele não é apenas uma significação passiva da realidade. Como afirma Haesbaert (2014), o conceito opera não só como produto, mas também como produtor da realidade.

O conceito de paisagem para Geografia modificou-se ao longo do tempo e das escolas que moldaram o pensamento geográfico. É ilusório conceber o saber científico como algo desconexo de sua realidade histórica, política e econômica; bem como atribuir total imparcialidade aos autores das mais variadas teorias. Desse modo, deve-se avaliar um determinado conceito de forma subordinada ao contexto histórico e geográfico ao qual foi criado, obtendo-se assim uma visão mais rica e ampla do conhecimento.

Primeiramente, é importante salientar a origem da palavra paisagem ao redor do mundo e dissociada (pelo menos num primeiro momento) do aporte científico geográfico. Segundo Naveh e Lieberman (1994) o termo mais antigo que se refere à paisagem aparece em hebraico no Livro dos Salmos. A palavra “*noff*”, que significa “vista”, provavelmente influenciou na definição mais comum e conhecida até hoje, em que a paisagem remete a tudo aquilo que a vista alcança. Do termo latim *Pagus*, que significa “vila” ou “lugar”, derivaram quatro palavras: *paese*, país, *pays* e *land*. As três primeiras possuem o significado relacionado a território, região ou espaço geográfico; e a última possui o significado de terreno ou propriedade rural. (BARBOSA e GONÇALVES, 2014).

Já nas línguas orientais, o sentido de paisagem é mais atrelado à natureza. O termo *mânzar*, em árabe pode ser traduzido como algo relativo à panorama, ponto de vista. Em chinês, o termo *chaiin choinre* significa montanha e água e *fon tin* poderia ser traduzido como imagem do vento. Percebe-se então uma clara diferença de significado atribuído à palavra paisagem entre os povos ocidentais e orientais. (SANSOLO, 2008)

Segundo Venturi (2004), no século XIX ocorre a transformação do conceito de paisagem, quando lhe é atribuído um saber científico pelos naturalistas alemães, com o uso do termo *landschaft*. O vocábulo alemão *landschaft* difere completamente em sentido do termo francês *paysage*. O primeiro se refere a uma associação morfológica e cultural. Mais tarde esse

termo chegará à Geografia norte-americana sob a denominação de *landscape*, mantendo seu sentido híbrido de formas físicas e culturais. Já o termo francês tem um sentido mais estético, associado ao Renascimento e posteriormente à Geografia Regional e Cultural. (HOLZER, 1999, p. 152)

As escolas geográficas e a paisagem

A paisagem foi por muito tempo o objeto de estudo geográfico. O alemão Alexander Von Humboldt, considerado por muitos o pai da Geografia, partiu dos estudos da paisagem, da classificação e individualização dos elementos, para compor uma visão holística do conhecimento e juntamente com Carl Ritter sistematizaram o conhecimento geográfico no século XIX.

Diversos dos principais estudiosos da ciência geográfica trataram da temática da paisagem, cada qual a seu modo. O alemão Friedrich Ratzel ao tratar de paisagem utiliza uma abordagem antropogênica, onde a paisagem é o resultado do distanciamento do homem de seu meio natural. Existe então, para o autor, uma dialética entre os elementos fixos (substrato natural) e os móveis (população) da paisagem. (SCHIER, 2003, p. 82)

No século XX, o norte-americano Carl Sauer afirmou que o conceito de paisagem era algo complexo, onde haveria uma área anterior à ação humana, que representava os recursos naturais e foi denominada como 'sítio' e outra área introduzida pela ação do homem, resultado de sua expressão cultural. Há uma associação entre a modelagem física e os processos culturais. (SAUER, 1925, p. 29)

Para o francês Paul Vidal de La Blache (1987) a finalidade da Geografia era a "*compreensão do encadeamento e das correlações dos fenômenos de uma região.*" Observava a relação homem natureza na perspectiva regional. (apud SANSOLO, 2007).

A partir dessas perspectivas pode-se caracterizar de modo geral as duas principais escolas dentro da ciência geográfica: a alemã e a francesa. A primeira utilizava-se do conceito de *landschaft*, numa perspectiva de paisagem voltada ao conjunto de fatores naturais em conjunto com os humanos. A escola anglo-americana sofreria influência direta da escola germânica, por volta dos

anos 1940, construindo uma ideia de paisagem objetiva e analisada sob a perspectiva de evolução do relevo. Já a escola francesa, utilizou-se do conceito derivado de “pays”, no sentido de região geográfica. Segundo La Blache (1903), a região geografia seria identificada a partir de sua fisionomia, definida como *“resultado da relação temporal entre os habitantes de uma região e seus recursos naturais.”* (apud SANSOLO, 2007)

Assim, o conceito de paisagem foi sendo embutido de diferentes significações ao longo da história da ciência geográfica. Ora assumindo uma postura mais naturalista, ora assumindo uma postura mais antropocêntrica e ora assumindo uma associação entre os dois tipos de abordagem que em princípio parecem ser antagônicas, mas que são complementares. O presente artigo buscará relacionar algumas proposições geográficas a respeito do conceito de paisagem, e adicionar contribuições de autoria própria às discussões.

Discussão

Dentro das diversas óticas da paisagem, o autor Jean-Marc Besse relaciona cinco abordagens paisagísticas às quais ele chama de “portas”, onde tenta encaixar grandes grupos de pontos de vista a respeito desse conceito geográfico. O uso do termo “portas” é uma escolha apropriada, numa tentativa de demonstrar as grandes aberturas para um conceito tão vasto em sua epistemologia. É importante ressaltar que, recorrentemente, um ponto de vista teórico ou mesmo o objetivo final de determinada pesquisa, acabará por articular mais de uma dessas “portas”, justapondo-as e sobrepondo-as na tentativa de representar a realidade paisagística.

A primeira abordagem tratará a paisagem como uma representação cultural e social. Nesse tipo de representação a paisagem não é vista como algo propriamente do mundo exterior. O autor chega a colocar que só haveria paisagens interiores, mesmo com essa interioridade se inscrevendo no mundo exterior. Essa é uma das portas mais subjetivas, que bebe muito dos saberes da Filosofia e da Psicologia no que tange à percepção do ser humano sobre a sua realidade. (BESSE, 2014)

Para o autor, nessa abordagem não cabe diferenciar a paisagem real da representada, seja numa imagem ou num texto, pois a natureza da paisagem não muda. Segundo Besse (2014, p. 14) *“ela é sempre uma expressão humana, um discurso ou uma imagem”*. A partir dessa ressalva, pode-se tentar uma conexão com a ideia de Lefebvre (1983) sobre uma vasta gama de representações, que dentre várias características, as coloca como interferências entre a experiência e o concebido. Aqui não nos cabe também dicotomizar a abordagem de paisagem entre a realidade e a representação, pois levando-se em conta essa visão articuladora, elas são diretamente complementares.

Dentre os diversos exemplos de representações da paisagem, talvez o mais antigo e mais comum sejam as pinturas. De acordo com Cosgrove (1985) o conceito de paisagem ocidental surge no Renascimento para *“indicar uma nova relação entre os seres humanos e o seu ambiente”*. Besse (2014) coloca a importância da moldura tanto para o quadro, quanto para a janela, onde a moldura ganharia o papel do recorte espacial, criando uma dialética entre o exterior e o interior.

Além da paisagem representada pelo ponto de vista estético, ela é também uma representação social, muitas vezes simbolizando a consciência do pertencimento nacional ou local. Historicamente, essa noção de pertencimento serviu para dar base muitas vezes às disputas coloniais e tomadas de território por parte dos impérios europeus. Isso exemplifica bem a utilização do trinômio modernidade-ocidente-capitalismo, responsável por criar grande parte da estrutura histórica, geográfica, econômica, política, cultural e científica da atualidade onde, segundo o exemplo demonstrado por Besse *“a noção de paisagem imperial foi desenvolvida para dar conta das múltiplas maneiras como as representações paisagísticas foram integradas à construção dos imaginários coloniais.”* (2014, p. 21)

A linha da ciência geográfica conhecida como geografia cultural proporciona um suporte especial para a ideia de paisagem como representação social. Um dos modos pelo qual a geografia cultural compreende a paisagem é justamente quando: *“ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência,*

valorizada por uma experiência, julgada [...] por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc.” Berque (1998, p. 86)

De acordo com o mesmo autor, um dos elementos que a geografia cultural irá analisar em seu arcabouço de conhecimento será o inventário das representações, ou seja, como a sociedade percebe, idealiza e põe em prática a sua relação com a paisagem. Essas representações dar-se-ão em forma de pinturas, literatura, jardins, dentre outras. (apud CORRÊA, 1999, p. 88)

Considerando que todas as paisagens são símbolos ou representações de uma determinada realidade, é inevitável que o simbolismo da paisagem sirva ao propósito de reproduzir padrões culturais e valores de grupos dominantes, estipulando dessa maneira códigos de comportamento sociais. A reprodução dos padrões culturais são impostos não só através do controle dos meios básicos de vida (terra, matéria prima, mão de obra e capital), mas também através da ideologia das divisões de classes. Essa espécie de ideologia foi responsável pela produção de diversas obras artísticas da Idade Moderna que possuíam apelo ao patriotismo (como no caso das pinturas referentes ao período da Revolução Francesa) e às figuras de dominação nacional, bem como da classe dominante mais abastada.

Segundo Cosgrove (1989, p. 113) *“em termos de paisagens existentes, naturalmente somos inclinados a ver a expressão mais clara da cultura dominante no centro geográfico do poder”*. Pode-se observar bem esse aspecto na Figura 1, que retrata o Palácio de Versalhes, na França. É possível observar a imponência da construção e que apenas ela é a protagonista da paisagem, confundindo-se, inclusive, com a linha do horizonte:

FIGURA 1:



Figura 1: Vista do Palácio de Versalhes a partir da Praça das Armas, Pierre Denis Martin (Paris, 1663 – Paris, 1742).¹

Cosgrove (1989) ressalta também que na história da relação humana com a representação da paisagem (seja na pintura ou na literatura) os pontos mais ressoantes são aqueles diretamente ligados à vida humana e sua conexão com os ritmos do mundo natural, como a passagem das estações, os ciclos de nascimento, crescimento, reprodução e morte, dentre outros. Exemplo disso encontra-se numa das pinturas do artista Pieter Bruegel, denominada “Ceifadores”. Essa tela faz parte de uma série de pinturas denominada “Meses”. A Figura 2 mostra uma paisagem correspondente aos meses de julho e agosto na Europa:

FIGURA 2:



Figura 2: Ceifeiros, Pieter Bruegel (1565)²

Numa segunda abordagem elencada por Besse, a paisagem é apresentada como território fabricado. Nessa leitura, proposta pelo historiador John Brinckerhoff Jackson, a paisagem é definida “*como um território produzido e praticado pelas sociedades humanas*”. Desse modo, a paisagem é uma obra coletiva, onde as sociedades transformam o substrato natural. Sua teoria tem como cerne a união das Ciências Sociais e da Geografia Humana. Essa abordagem concebe a paisagem como produção cultural, nos níveis material e espacial. Há também a noção de que a paisagem não deve ser considerada

¹Imagem retirada de: <http://espacodahistoriasempre.blogspot.com.br>

²Imagem retirada de: <https://felipepimenta.com/2013/03/11/analise-das-pinturas-de-bruegel/>

apenas em seu ideal estético ou de pertencimento, ao contrário da primeira “porta” citada que se refere às representações sociais e culturais. Para Jackson, a paisagem deve satisfazer algumas necessidades existenciais do ser humano (biológicas, políticas, sociais, simbólicas, afetivas e espirituais). (BESSE, 2014)

Essa conceituação proposta por Jackson se encaminha à visão da paisagem culturalista e antropocêntrica, onde o ser humano e seus processos de trabalho são mais importantes do que o aspecto natural da paisagem, o substrato onde o espaço geográfico é construído. Besse (2014) embasa essa ideia ao ler o aspecto morfológico da paisagem como *“a expressão de uma relação vertical entre o homem e a superfície da Terra”*. É interessante notar o uso da expressão “relação vertical” como uma noção hierarquizante, onde o substrato morfológico, numa caracterização passiva, necessita ser trabalhado pela ação humana para assim ser caracterizado como paisagem. Jackson escreve que:

Foi assim que as paisagens foram formadas, sempre; não apenas por decisão topográfica ou política, mas pela organização das pessoas no local e pelo desenvolvimento de espaços a serviço da comunidade: trabalho lucrativo, lazer, contatos humanos, contatos com a natureza, com o mundo exterior. De uma forma ou de outra, esses são os objetivos a que tendem todas as paisagens. (apud BESSE, 2014, p.36)

Com base nessas considerações, a paisagem é percebida como um processo de construção a partir de técnicas humanas no espaço. Técnica e construção são elementos essenciais para a constituição da paisagem. Besse (2014) também afirma que toda a paisagem é cultural e um espaço social, por ter sido produzida dentro de um conjunto de práticas. Existe uma noção muito forte de construção e produção da paisagem nessa abordagem, que vai de encontro à visão do geógrafo Milton Santos (1996), por exemplo, que mesmo atribuindo uma grande importância à técnica, não concebia o processo na paisagem. Para o autor ela corresponde a um elemento passivo, um objeto que é resultado de processos sociais, mas não contém o processo, é apenas domínio do visível. Ela não tem valor em si própria, pois quem dá o seu valor é o espaço. Segundo o autor:

[...] a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. (Santos, 1996, p. 69)

Deste modo, o geógrafo implica ao espaço geográfico todo o aporte de processo que Jackson incute à paisagem. Para Santos (1996, p. 69-71), a paisagem é um instrumento de trabalho que faz parte do espaço, mas que enquanto simples materialidade não tem condições de provocar mudanças no conjunto. Em consequência disso, para ele não existe dialética entre a sociedade e a paisagem, mas apenas entre a sociedade e o espaço.

A terceira linha de estudo da paisagem apresentada por Jean-Marc Besse, é a paisagem como meio ambiente material e vivo das sociedades humanas. O ponto de partida então é o do meio ambiente, do substrato natural para a comunidade humana. Ainda que essa seja a perspectiva menos antropocêntrica citada até então, ela não abdica da importância do homem na estrutura da paisagem. Para isso, utiliza-se a noção de ecúmeno como princípio norteador, que é definido por Besse (2014), como *“o encontro entre um território humanizado e um meio ambiente não humano”*.

Emily Russell, sob o ponto de vista mais ecológico, também trabalha com a noção de ecúmeno ao dizer que é quase impossível encontrar sistemas que não sofreram a influência humana. As influências do passado humano são cumulativas e sobrepostas uma nas outras, de modo que muitas anomalias nos ecossistemas podem ser explicadas pelos impactos humanos do passado. O legado das atividades humanas do passado é o cerne de estudo da ecologia histórica. A autora define paisagem como *“um conjunto de ecossistemas – por exemplo, florestas, lagos e riachos - que também interagem, embora menos diretamente, que os componentes dos ecossistemas.”* (RUSSELL, 1997, p.3)

Dando continuidade à abordagem ecológica da paisagem, Richard Forman (1995) nos auxilia a uma compreensão mais ampla dos padrões espaciais. Segundo o autor, os padrões de mosaico são encontrados em todas as escalas espaciais, mas os mosaicos terrestres só existem na escala humana, medida em quilômetros. O mosaico terrestre, que compõe a

paisagem, é formado apenas por três tipos de elementos que fornecem um padrão espacial, como é possível observar na figura 3: o ponto-corredor-matriz.

FIGURA 3

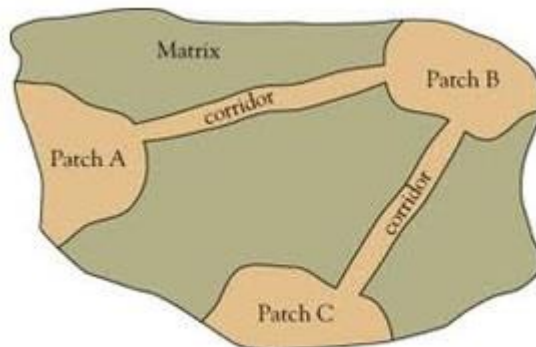


Figura 3: Padrão espacial de ponto-corredor-matriz³

O ponto é caracterizado por uma área homogênea, restrita e não linear, que se distingue das unidades vizinhas; o corredor é a área homogênea e linear que se distingue das unidades vizinhas; e a matriz é a unidade dominante da paisagem. A criação desse padrão é proporcionada por três mecanismos: substrato heterogêneo, caracterizado pelo solo e vegetação; distúrbios naturais, como, por exemplo, incêndios, tornados; e a atividade humana. (FORMAN, 1995)

Pode-se tentar criar uma comunhão entre o modelo proposto por Forman e o modelo de análise da paisagem de Aziz Ab'saber (2003), onde os pontos seriam o que Ab'saber denominou enclaves, "*padrões de paisagem sensivelmente diferenciados*"; os corredores seriam as faixas de transição, "*locais compostos por uma combinação diferenciada de fatores fisiográficos e ecológicos*"; e a matriz seria o domínio, "*uma família regional de ecossistemas dominada espacialmente por um deles*".

Essa perspectiva apresenta certa importância do caráter natural da paisagem, visto como base para o desenvolvimento do ser humano, numa visão menos hierarquizada e mais agregadora. Visão agregadora essa, que

³ Fonte: GIS-based environmental and ecological planning for sustainable development. Nusayba MJ. Dhanapal. G 2012.

pode ser exemplificada através da chamada geografia híbrida, a união da paisagem natural com a cultural. Pois na verdade, essa distinção entre os dois tipos de paisagem é considerada artificial por muitos geógrafos, visto que essa repartição tão clara raramente existe na prática. Primeiro porque se no início da história da humanidade havia poucas áreas de ecúmeno, atualmente seria um desafio observar áreas que não tenham alguma influência direta ou indireta da ação humana; segundo porque o hibridismo característico dessa porta deixa de lado qualquer abordagem unilateral da paisagem que priorize o antropocentrismo ou o naturalismo. (BESSE, 2014)

Desse modo, é importante ressaltar algumas considerações propostas por Augustin Berque, que intencionava uma abordagem contemplativa ao mesmo tempo do ponto de vista físico, material e do ponto de vista fenomenológico, sensível. Para o geógrafo, a dimensão física seria o ambiente e a dimensão sensível e simbólica, seria a paisagem. Na busca por uma expressão de dupla natureza e que superasse o significado de “meio” apenas como ecologia, Berque (1990) chega ao neologismo que denomina mediância *“com o sentido de meio, ao mesmo tempo tendência objetiva, sensação/percepção e significação desta relação medial”*. Logo, *“paisagem é expressão de uma mediância”*. Berque (1990 apud HOLZER, 2004)

No bojo das tentativas de se fazer uma ciência menos dicotomizadora e mais holística, surge a chamada ecologia da paisagem, uma disciplina que segundo Jean Paul Metzger pode ser caracterizada da seguinte maneira:

A ecologia de paisagens, desta forma, é menos centrada nos estudos bio-ecológicos (relações entre animais, plantas e ambiente abiótico), e pode ser definida como uma disciplina holística, integradora de ciências sociais (sociologia, geografia humana), geo-físicas (geografia física, geologia, geomorfologia) e biológicas (ecologia, fitossociologia, biogeografia), visando, em particular, a compreensão global da paisagem (essencialmente “cultural”) e o ordenamento territorial. (METZGER, 2001, p.3)

É importante frisar, que após sua criação e ao longo de seu estabelecimento como ciência, surgiram dois tipos de abordagem. Enquanto a abordagem geográfica possuía uma preocupação com o planejamento e ocupação territorial e com o conhecimento dos limites e das potencialidades de cada unidade da paisagem, a abordagem ecológica (beneficiada pelos avanços

tecnológicas das imagens de satélite) possuía como problemática o estudo dos efeitos da estrutura espacial da paisagem sobre os processos ecológicos (TURNER, 1989). Logo, enquanto a primeira será o estudo das paisagens ditas “culturais”, aquelas modificadas pelo homem, a segunda será o estudo das paisagens naturais, o conjunto de ecossistemas.

O grande desafio atual da ecologia de paisagens é estabelecer um sólido arcabouço teórico-metodológico que dê conta da análise de padrões espaciais das unidades de paisagem. Wiens (1996, apud METZGER, 2001)

Na tentativa de dar conta da abordagem interdisciplinar de formação e transformação da paisagem, emergem duas disciplinas com pontos de partida e métodos distintos, mas que assemelham-se em determinado momento: a história ambiental e a ecologia histórica. Enquanto a primeira procura nos acontecimentos históricos os processos que modificaram o meio ambiente, a segunda procura nos fenômenos biológicos e ecológicos os processos históricos. (SOLÓRZANO, et al. 2009)

A história ambiental teve sua gênese em conjunto com os primeiros discursos ambientalistas dos anos 1970, com o objetivo de compreender como a natureza afetou as sociedades e como as sociedades afetaram a natureza. A disciplina nasce a partir da necessidade de incluir a natureza no estudo histórico não somente como elemento passivo, mas como sujeito ativo. Nesse sentido, a ecologia e as demais ciências naturais são utilizadas para compreender os aspectos do funcionamento da natureza, em relação às modificações derivadas das ações humanas. As análises ecológicas, socioeconômicas e políticas encontram-se no cerne dessa disciplina. Worster (1990, apud SOLÓRZANO, et al., 2009)

Já a ecologia histórica, também definida como o estudo de ecossistemas passados, detalhando o processo de transformação da paisagem ao longo do tempo, estabelece relações dialéticas entre as atividades humanas e as ações da natureza. A escala da ação humana, transformadora da natureza, varia com o tempo, o espaço e a cultura. Nesse sentido, a disciplina também aborda a antropologia, com um interesse maior no estudo das populações, conceito

característico das ciências naturais e biológicas. Crumley (1993 apud SOLÓRZANO, et al., 2009)

Assim, podemos observar que o conceito de paisagem encontra-se como elemento efetivo para ambas as disciplinas (história ambiental e a ecologia histórica) alcançarem seus objetivos.

De acordo com Besse (2014), além da paisagem tratada como representação, território fabricado, meio ambiente material e vivo, ela também pode ser uma experiência fenomenológica. A experiência refere-se à exterioridade da paisagem. Segundo o autor é possível perceber a paisagem em primeiro lugar a partir da experiência e em segundo lugar a partir da ciência. Esses dois modos de percepção da paisagem podem ser utilizados em conjunto ou separadamente, pois são complementares e não antagônicos.

Em dada cena do filme Matrix (1999)⁴, o personagem Morpheus (Laurence Fishburne) diz a Neo (Keanu Reeves) que “existe uma diferença entre conhecer o caminho e percorrê-lo”. Com essa sentença tenta-se exemplificar as duas maneiras de perceber a paisagem citadas por Besse (2014). De modo geral, não há a necessidade de se experimentar determinada paisagem para conhecê-la. Se determinado indivíduo observar a representação de uma paisagem específica (seja em fotos, pinturas ou de modo descritivo), ele poderá identificá-la como pertencente a determinado lugar (bairro, cidade ou país), sem nunca tê-la experimentado. Desse modo, há o conhecimento da paisagem, mas não a sua experiência vivida. Segundo o autor, para se experimentar a paisagem – em vários sentidos – é necessário vivenciá-la diretamente. A experiência é uma exposição do corpo ao real, que assim será afetado pelo mundo físico ao seu redor. Nesse caso, então, é necessário percorrer a paisagem para experimentá-la como indivíduo.

Entende-se que, no caso específico da ciência geográfica, ao tratar da paisagem como um dos principais conceitos de seu escopo teórico, raros serão os estudos em que a experiência vivida será prescindível. Para o geógrafo, profissional responsável pelo estudo do espaço geográfico e sua organização,

⁴ Longa metragem de sucesso, lançado em 1999, que traz uma composição entre o gênero de ficção e ação somada a conceitos filosóficos.

abordar a paisagem (uma das representações do espaço geográfico) sem vivenciá-la pode transformá-la numa armadilha teórico-metodológica sem aplicação prática. Não nos cabe aqui criticar as abordagens puramente teóricas da paisagem, mas é sempre importante compreender a Geografia como uma ciência articuladora entre seu saber teórico e suas aplicações espaciais.

Um bom exemplo dessa análise experimental da paisagem nos é dada pelo historiador John Brinckerhoff Jackson (2003), ao teorizar sobre a geografia do corpo sensível, de modo que o ser humano não seja um objeto apenas a olhar a paisagem como um elemento externo, mas esta seja dimensão de seu ser. Em dado momento o autor nos fala:

Nós não vemos [a paisagem] como separada de nossa vida de todos os dias, e na realidade nós acreditamos agora que fazer parte de uma paisagem, emprestar a ela nossa identidade, é uma condição determinante de nosso estar no mundo [...]. Jackson (2003, p. 262 apud BESSE 2014)

Para Jackson (2003, apud BESSE, 2014), a paisagem seria uma experiência polissensorial, onde estariam envolvidos os aspectos materiais do mundo, ligados aos cinco sentidos e à emoção provocada por essas interações. Haveria então a paisagem sonora, auditiva, olfativa, dentre outras. Ao caminhar por determinada paisagem, ou ao visitar determinado local, nossos sentidos seriam impregnados pelas diversas informações componentes do ambiente que nos cerca: os sons das ruas, das praças; os odores das fábricas ou dos jardins; a vista do horizonte permeada por grandes edifícios ou casas mais baixas, etc. Essas interações do universo corpóreo com o da paisagem gerariam diversas emoções: repulsa, afeto, saudade. Desse modo seriam produzidas as identidades territoriais.

Besse (2014, p. 247) expõe que a colocação de Jackson sobre a paisagem como experiência iria “*contra a fobia moderna do contato com o mundo e com os outros*”. É uma análise de fato interessante, e que poderia ser correlacionada com a ideia inicial do presente artigo, na qual a ciência nunca está desarticulada de seu contexto histórico, social, político e econômico. Assim, poder-se-ia relacionar a teorização da paisagem polissensorial como uma espécie de contracorrente ao *boom* dos avanços tecnológicos nos anos 2000, responsáveis por acelerar o modo de produção e de vida, bem como

tornar as relações humanas e sociais mais impessoais. A partir dessa definição, a paisagem seria então concebida de forma mais sensível e emocional, talvez numa tentativa de expor e contrapor a realidade do mundo contemporâneo.

Rogério Haesbaert (2014) alerta para a sobreposição de conceitos, exemplificada com a ideia de Jackson sobre a paisagem polissensorial, que dentro da lógica geográfica, acabaria por confundir os conceitos geográficos de lugar e de território. Para a Geografia, o lugar seria um determinado espaço dotado de uma interioridade, numa perspectiva da experiência, e a identidade territorial, na perspectiva de Castell (1999), desenha-se da seguinte maneira:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. Castell (1999, p. 23. apud CHELOTTI, 2010, p. 7)

Numa última abordagem da paisagem, a menos geográfica das cinco elencadas por Besse (2014), ela é vista como um projeto, ou seja, de quais formas ela pode ser trabalhada pelas sociedades para que traga à tona todas as suas potencialidades. O exemplo do paisagista é muito importante, pois ele é o profissional ligado diretamente ao objetivo das potencialidades e para isso utilizam três dimensões: o solo, como espessura material e simbólica; o território, que articula diferentes escalas além de considerar o espaço urbano/rural e suas complexidades; e o meio ambiente natural que busca não somente a natureza isolada nos projetos. A problemática paisagística caracteriza-se por:

Pensar a cidade a partir das suas relações e na sua integração com o solo, o território, o meio vivo. [...] recosturar ligações entre a cidade e a sua localização, entre a cidade e o seu território, a cidade e o seu meio natural. (BESSE, 2014, p. 59)

As diversas ideias sobre a paisagem demonstram de que forma esse conceito pode apresentar-se sob óticas distintas, geradas a partir de gêneses distintas e que por consequência terão utilizações diferentes, que irão variar de acordo com a necessidade do pesquisador e do estudo. Nesse âmbito, trata-se

de um conceito dinâmico e que pode ser apropriado por várias disciplinas, adequando-se às metas e objetivos de cada uma.

Considerações finais

A ciência, de forma geral, invariavelmente acompanha o contexto da realidade sócio-político-econômica e busca proporcionar bases para a compreensão mais ampla dessa realidade. É interessante notar que a evolução do conceito em questão deu-se em consonância com os diversos períodos históricos pelos quais atravessou. Se durante a época das colonizações a paisagem era utilizada como forma de reafirmar o domínio imperialista, nos anos 1970, por exemplo, ela ganha importância ambiental e ecológica e atualmente há a procura pela ressignificação de sua definição de forma a contemplar as novas necessidades da idade contemporânea.

Todas as rápidas transformações políticas, econômicas e tecnológicas que aconteceram nas últimas décadas tiveram consequências em inúmeros aspectos sociais. É inevitável então que com tantas modificações, as formas de se relacionar também acompanhem essas mudanças. Não somente as relações entre os grupos humanos, mas também as relações entre a sociedade e o espaço geográfico. A paisagem, cumprindo seu papel de representação do espaço, também sofre os resultados dessas transformações, deixando novas heranças para o futuro. Aziz Ab'saber (2003) compreende a paisagem na perspectiva da herança, ao dizer:

[...] paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: heranças de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB'SABER, 2003, p. 9)

Mesmo que Ab'saber fosse um geógrafo fundamentalmente físico, apresentou uma das definições mais completas da paisagem ao entendê-la no seu aspecto físico e social, além de conceber certo dinamismo à sua realidade. O autor a descreve com certa passividade, mas não esvazia o seu sentido propriamente dito quando a coloca como local de atuação das sociedades. O sentido de herança aqui é relativo a algo recebido e que possa ser modificado.

Numa bela tentativa de cooptar as facetas descritiva e sensível da paisagem, Augustin Berque traz a ideia de paisagem marca e paisagem matriz. A primeira tem certa relação com a ideia de Ab'saber sobre o conceito de paisagem como herança. De acordo com Berque (1998), ela “expressa uma civilização”, ou seja, permite a ideia da historicidade presente na paisagem, das marcas deixadas por outros grupos sociais anteriores à lógica do presente. Essa abordagem confere à paisagem um sentido mais estático, de modo que a descrição e o inventário da paisagem são as principais maneiras de trata-la como um tipo de dado. Já a paisagem matriz traz a relação entre a sociedade, o espaço e a natureza. Há, então, a noção de dinamismo proveniente dessas relações, que ao contrário da paisagem como marca, não abstrai a ação do sujeito com o qual a paisagem se relaciona. (BERQUE, 1998, p.84-85)

A ideia de marca também tem alguma relação com o que Milton Santos (1996) denominou “rugosidade”. Ainda que o geógrafo utilizasse essa ideia muito mais conectada ao espaço geográfico e suas funções, ela não está totalmente separada de paisagem. O termo “rugosidade” refere-se às marcas impressas pelas sociedades ao longo da História, e que com o passar do tempo perderam ou modificaram suas funções, mas que seguem coexistindo com o arranjo social e espacial atual. O autor caracteriza as rugosidades da seguinte maneira:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (SANTOS, 2012, p.140)

Há aqui certa correlação com a definição de paisagem por Aziz Ab'saber, ao chamá-la de herança. A ideia de rugosidade como uma marca do passado que reassumiu novas funções casa com a ideia de herança como algo recebido do passado e que pode se manter ou se modificar, dependendo das necessidades externas ou internas.

A paisagem, que em princípio aparenta ser um termo simples e facilmente definível pela maioria das pessoas como algo relativo ao horizonte ou a uma vista panorâmica, demonstra ser um dos conceitos mais complexos e mais ricos não só da Geografia, mas de outras disciplinas também. É possível

perceber, a partir dos diversos autores expostos no presente artigo, que o conceito de paisagem é um excelente norteador das mais diversas linhas científicas, como a Ecologia da Paisagem, a Ecologia Histórica, a Geografia Cultural, a Geografia Clássica, dentre outras. Portanto, o debate epistemológico e metodológico sobre a paisagem não foi extinto, e mantém-se na Geografia e nas demais disciplinas até os dias de hoje.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003, p. 9-26.

BARBOSA, Liriane Gonçalves; GONÇALVES, Diogo Laercio. A paisagem em geografia: diferentes escolas e abordagens. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis*, v.3, n.2, p.92-110, jul./dez. 2014.

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas contemporâneas. In: BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo. Exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

BESSE, Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Tradução de Eliane Kuvashy e Mônica Balestrin Nunes. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo v.18 n.2 p. 241-252, 2014.

BERQUE, Augustin. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BRUEGEL, Pieter. Ceifeiros, óleo sobre tela. 1656. Disponível em: <https://felipepimenta.com/2013/03/11/analise-das-pinturas-de-bruegel>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (1):165-180, abr. 2010.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte. IN: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

DHANAPAL. G. GIS-based environmental and ecological planning for sustainable development. Disponível na internet. <https://www.geospatialworld.net/article/gis-based-environmental-and-ecological-planning-for-sustainable-development/>. Acesso em 5 maio 2017.

FORMAN, R. T.T. *Land Mosaics: Ecology of Landscapes and Regions*. Cambridge University Press – Text Book, 1995, Part I, p. 03-40.

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: *Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.19-51.

HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. *Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, n.17-18, p. 55-63. 2004.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. IN: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

LÉFÈBVRE, Henri. Las representaciones no filosóficas. In: LÉFÈNBRE, Henri. *La presencia y la ausência. Contribución a la teoria de las representaciones*. Mexico DF: Editora Fondo de Cultura Economica, 2004.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA Zuleide Maria Carvalho. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. *Sociedade e Território*, Natal, v. 23, nº 2, p. 159–177. jul./dez. 2011.

MARTIN, Pierre Denis. *Vista de Versailles*, óleo sobre tela. 1772. Disponível na internet: <http://espacodahistoriasempre.blogspot.com.br/p/historia-do-palacio-de-versalhes.html>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

MATRIX. Direção: Lilly Wachowski, Lana Wachowski, Produção: Joel Silver. Estados Unidos (USA): Warner Bros, 1999, 1 DVD.

METZGER, J.P. O que é ecologia de paisagens. *Biota Neotropica*, Campinas, SP, v.1, n.1/2, p. 1-9. 2001.

NAVEH, Zev; LIEBERMAN, Arthur. *Landscape ecology: theory and application*. New York: Springer-Verlag, 1994.

SAUER, Carl. *The morphology of landscape*. Tradução de Gabrielle Côrrea Braga. Revisão de Roberto Lobato Corrêa. University of California, Publications in Geography, vol.2, 1925, pp. 19-54.

SANSOLO, D.G. *Significados da paisagem como categoria de análise geográfica*. Niterói: ANPEGE, s.n.t. 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

SCHIER, Raul Alfredo. *Trajetórias do conceito de paisagem na geografia*. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SOLÓRZANO, A.; OLIVEIRA, R.R & GUEDES-BRUNI, R.R. *Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem*. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, vol. XII, n.1, p. 49-66, jan-jul, 2009.

RUSSELL, Emily W.B. History Hidden in the Landscape. In: People and Land through Time: linking ecology and history. New Haven: Yale University Press. 1997, p. 3-18.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. A dimensão territorial da paisagem geográfica. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos – AGB, Goiânia, 2004. 11 p.